

PROCEDIMENTO CONCURSAL DE INGRESSO PARA OITO (8) POSTOS DE TRABALHO DO MAPA DE PESSOAL DA DIREÇÃO REGIONAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE CONSERVADOR DE REGISTOS

ATA NÚMERO DOIS

Aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas, reuniu, através de meios telemáticos, na modalidade de videoconferência pela plataforma Microsoft Teams, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 24.º-A do Código do Procedimento Administrativo, na redação dada pela Lei n.º 72/2020, de 16 de novembro, o júri do procedimento de ingresso para 8 postos de trabalho do mapa de pessoal da Direção Regional da Administração da Justiça da Região Autónoma da Madeira para a carreira e categoria de conservador de registos.

Estiveram presentes os seguintes membros do júri:

Presidente — Mestre Filomena Sofia Gaspar Rosa, Presidente do Conselho Diretivo do IRN, I. P.;

1.º Vogal efetivo — Lic. Carlos Manuel Santana Vidigal, Conservador de registos e membro do Conselho Consultivo do IRN, I. P.;

2.ª Vogal efetiva — Lic. Maria Madalena Rodrigues Teixeira, Conservadora de registos e membro do Conselho Consultivo do IRN, I. P.;

3.ª Vogal efetivo — Lic. Paula Marina Oliveira Calado Almeida Lopes, conservadora de registos em funções na Conservatória do Registo Civil de Coimbra;

4.º Vogal efetivo — Lic. José António Reis Encarnação, Conservador de Registos a exercer funções junto da Direção Regional da Administração da Justiça.

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Análise preliminar das candidaturas apresentadas

A presidente do júri deu por aberta a reunião, procedendo-se de seguida ao cumprimento da ordem de trabalhos definida.

Considerando que:

1. Os pedidos de esclarecimento submetidos em fase de apresentação de candidatura foram oportuna e tempestivamente respondidos.

2. Os constrangimentos de ordem técnica na plataforma de submissão de candidaturas foram reencaminhados para entidade responsável pela gestão da plataforma, tendo sido resolvidos em tempo útil.

O Júri constatou que deram entrada duzentose noventa e quatro (294) candidaturas, das quais uma revestia a forma de teste, resultando num total efetivo de 293 candidaturas.

O júri procedeu a uma análise preliminar dos elementos apresentados, designadamente, dos requisitos exigidos e documentos essenciais à admissão, nos termos da Legislação em vigor e de acordo com o disposto no Aviso n.º 11830-A/2023, de 21 de junho e na Bolsa Emprego Público com o Código de Oferta OE202306/0700.

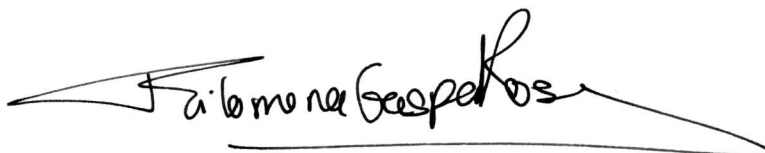
O júri constatou que alguns candidatos não preencheram o formulário nos campos da Nacionalidade e da Idade, bem como não anexaram à sua candidatura o certificado de habilitações literárias exigido no aviso de abertura.

Nesse sentido, deliberou o júri, por unanimidade, notificar, os candidatos, para o email constante das suas candidaturas para, querendo, no prazo de 3 dias úteis a contar da data da notificação, informar dos elementos em falta e/ou apresentar os documentos exigidos no aviso de abertura, sendo que a não informação e/ou apresentação dos documentos em falta no prazo estipulado poderá determinar a sua exclusão ao presente procedimento concursal.

Nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada a sessão e decidido lavrar a presente ata que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada por todos os membros do Júri presentes.

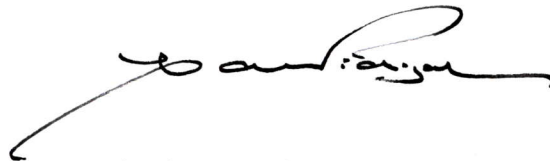
O Júri:

A Presidente



(Filomena Sofia Gaspar Rosa)

O primeiro vogal efetivo



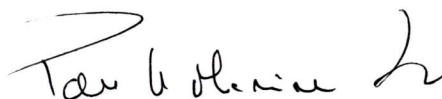
(Carlos Manuel Santana Vidigal)

A segunda vogal efetiva



(Maria Madalena Rodrigues Teixeira)

A terceira vogal efetiva



(Paula Marina Oliveira Calado Almeida Lopes)

O quarto vogal efetivo



(José António Reis Encarnação)

